

PLANEJANDO PARA A PROVA BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E AVALIAÇÕES EXTERNAS

Tatiana Felix Feitosa¹
Renan Pereira da Silva²
Orientador Marcelo Medeiros da Silva³

INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de nossas reflexões enquanto bolsistas do Programa Interinstitucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e futuros professores de Língua Portuguesa. Pensar a educação, mais especificamente, o ensino-aprendizagem de uma língua requer a conscientização crítica acerca de todo o processo de ensino, o que envolve reflexão não só acerca das práticas realizadas no interior das escolas, mas também dos exames de avaliação externa que procuram incidir sobre o agir docente e, conseqüentemente, interferir nas práticas de ensino a partir do que alguns estudiosos chamam de efeito retroativo. Segundo (SILVA, 2019, p. 35), esse efeito refere-se à “grande influência que uma avaliação de larga escala exerce sobre as práticas utilizadas pelos professores, desde os planejamentos até a sala de aula, e nos sujeitos de determinada instituição”.

Dentre os exames de larga escala que têm incidido sobre o ensino ofertado em nosso país e, em especial, na realidade educacional em que estamos atuando, temos a Prova Brasil. Trata-se de um teste padronizado que mede o desempenho dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e que vem acontecendo desde 2005. Em 2019, passou a ser chamada de Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A cada dois anos, esses alunos respondem a uma prova com questões referentes às disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática. No caso da prova de Língua Portuguesa, a Prova Brasil procura examinar a competência leitora dos alunos, a nosso ver, isso faz com este exame se configure como uma espécie de teste de proficiência em leitura.

Considerando-se que estamos atuando em uma turma de 9º ano, cujos alunos devem se submeter à Prova Brasil, tendo em vista que as ações didáticas referentes a esta turma precisavam estar direcionadas à exploração dos descritores exigidos por tal teste, vamos neste trabalho refletir acerca dos impactos da Prova Brasil em nosso fazer como docentes em formação inicial, especialmente no que tange à escolha, seleção e planejamento dos conteúdos e atividades.

¹Graduanda pelo Curso de Letras/ Português da Universidade Estadual da Paraíba - PB, Centro de Ciências Humanas e Exatas. E-mail: tatiana.felix@bol.com.br;

²Graduando pelo Curso de Letras/Português da Universidade Estadual da Paraíba - PB, Centro de Ciências Humanas e Exatas. E-mail: renanpereirap49@gmail.com;

³Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba, professor de Literatura do Centro de Ciências Humanas e Exatas da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e coordenador de área, na mesma instituição, do subprojeto de Letras - Língua Portuguesa do PIBID. E-mail: marcelomedeiros_silva@yahoo.com.br.

Para subsidiar a nossa reflexão, apoiamos-nos em Geraldi (1997), Luckesi (2008), Vasconcellos (2002), Antunes (2003), Carvalho (2018), que nos respaldarão a pensar acerca das diretrizes para o ensino de Língua Portuguesa em nível nacional e a partir de uma concepção interacionista da linguagem e, de certa forma, compreender como os exames em larga escala impactam esse ensino.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As ações didáticas que desenvolvemos na turma de 9º ano de duas escolas da rede pública de ensino guiaram-se pelos seguintes passos metodológicos:

- a) realização de leituras teóricas a fim de entendermos o que era cada descritor da Prova Brasil;
- b) seleção de textos que se adequassem à exploração das competências de leitura exigidas pelos descritores a serem trabalhados.
- c) elaboração de sequências didáticas com vistas à exploração dos descritores da Prova Brasil;
- d) intervenção em sala de aula partir do que foi planejado nas sequências didáticas.
- e) realização de aulas a fim de intensificar e/ou consolidar a aprendizagem dos alunos para a participação no exame da Prova Brasil.
- f) registro de notas em diário de campo a fim de registramos o cotidiano escolar, as impressões dos alunos sobre o nosso trabalho, bem como as nossas próprias impressões acerca das ações que realizamos.

Registremos que o nosso trabalho em sala de aula se desenvolve a partir do planejamento que a Rede Municipal de Ensino nos repassa através das professoras/supervisoras e do nosso coordenador de área. Os professores de Língua Portuguesa se reúnem e selecionam quais serão os descritores e os conteúdos previstos para cada bimestre. O coordenador de área discute conosco as melhores abordagens de tais conteúdos para a sala de aula. Assim, além de ministrarmos as aulas, aplicamos simulados e realizamos *aulões* a fim de aprimorar a competência leitora dos alunos que irão se submeter à Prova Brasil.

Na preparação e elaboração das sequências didáticas, bem como dos simulados, seguimos os seguintes procedimentos: reuniões, planejamentos e intervenções. Foi a partir dessas etapas que conseguimos os materiais necessários para demonstrarmos como a imposição da Prova Brasil, enquanto avaliação externa, dificulta o processo de ensino-aprendizagem porque a rede municipal de ensino entende que o ensino de língua portuguesa tem de estar direcionado apenas para a aprovação no teste e, conseqüentemente, no aumento do IDEB da escola.

O PLANEJAMENTO DIDÁTICO: AÇÃO NECESSÁRIA AO AGIR DOCENTE

A nosso ver, um ensino eficiente e relevante deve passar, necessariamente, pela preocupação em como os conteúdos devem ser transpostos didaticamente. Isso implica, por sua vez, levar em consideração o contexto no qual os alunos estão inseridos, bem como os aspectos seguintes: formação dos professores, estrutura pedagógica e física da escola, acesso por parte dos alunos, de materiais didáticos adequados e a inserção deles em práticas educativas que tenham significado.

Todavia, considerando-se o nosso objeto de reflexão, a Prova Brasil e os seus impactos sobre o ensino de língua materna, vamos nos deter, nesta seção, à reflexão acerca do planejamento docente. Na realidade em que atuamos, no que tange ao planejamento, observamos que “se não reflete sobre si e sobre sua prática, o professor corre o risco, por exemplo, de ensinar ao aluno o que mais sabe, gosta ou está acostumado a dar, e não o que o aluno precisa” (VASCONCELLOS, 2002, p. 106). Assim, o autor reflete sobre esse processo autoavaliativo que o professor precisa carregar consigo, pois o docente tem que ensinar não o que é mais cômodo para ele, mas o que é mais desafiador e necessário no momento. O aluno precisa transpor as barreiras de seu conhecimento, precisa se adequar aos novos saberes que surgem. Além disso, precisam estar prontos para prestarem não só exames em larga escala, como a Prova Brasil, mas, sobretudo, para atenderem às demandas que a vida em sociedade impõe.

Em seus trabalhos sobre planejamento e avaliação, Luckesi (2008, p. 118) defende que, “Enquanto o planejamento é o ato pelo qual decidimos o que construir, a avaliação é o ato crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto”. Baseados, então, nesse autor, podemos observar que o trabalho didático passa, primeiramente, pelo ato de planejar, de decidir quais serão as melhores estratégias para conseguirmos um bom desempenho dos discentes.

A avaliação serve para o docente verificar até que ponto o planejamento deu certo ou não. Com isto, ele terá subsídios para se autoavaliar e avaliar o discente. E, portanto, verificar se de fato ele conseguiu atingir a meta estabelecida durante o percurso do planejamento. Deste modo, esse processo se torna indispensável, quando trabalhado de forma consistente, já que possibilita a tomada de novos rumos e alternativas para o percurso de *ensinagem*. Este processo requer a capacidade de compreendermos e sermos compreendidos. Por isto, é necessário entendermos os níveis de atividades linguísticas que estarão presentes nas tomadas de decisões, a respeito das ações pretendidas ao elaborarmos questões.

Durante nosso processo de planejamento e de elaboração das sequências didáticas, na qual visamos a exploração dos descritores que a Prova Brasil estabelece para o 9º ano. A matriz de referência apresenta a relação entre os temas, os descritores e as habilidades estabelecidas para a avaliação dos alunos do Ensino Fundamental. Para isto, a matriz agrupa os descritores em grupos que dizem respeito aos procedimentos de leitura, às implicações do suporte, do gênero e/ou do enunciador na compreensão do texto, à relação entre textos, à percepção da coerência e da coesão no processamento do texto, às relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido e à presença da variação linguística.

Assim, mesmo trabalhando com foco nos descritores da Prova Brasil, procuramos promover atividades epilinguísticas em detrimento das atividades meramente metalinguísticas. Segundo Geraldi (1997, p. 24), as atividades epilinguísticas “Seriam operações que se manifestariam nas negociações de sentido, em hesitações, em autocorreções, reelaborações, rasuras, pautas longas, repetições”, enquanto que as operações metalinguísticas estariam voltadas para “atividades de conhecimento que analisam a linguagem com a construção de conceitos, classificações, etc.” (GERALDI, 1997, p. 25). Neste sentido, a diferença entre estas atividades incide no modo como desejamos direcionar nosso ensino. Portanto, o propósito não era ensinar apenas os conceitos, mas levar os discentes a compreenderem, a serem sujeitos críticos e participantes do processo de ensino-aprendizagem. E, vindo a contribuir também para a reflexão acerca do saber-fazer docente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados que obtivemos acompanham nossos relatos em diários de campo nos quais ficaram registrados nossas experiências e nosso comprometimento enquanto professores em formação inicial. Os conhecimentos que pudemos adquirir nesse processo foram abundantes tanto na dedicação durante a elaboração das sequências didáticas e os *aulões* e simulados para a Prova Brasil.

Tivemos todo cuidado ao trabalharmos com os textos, para não usarmos o texto como pretexto para ensinar aspectos gramaticais, até porque a Prova Brasil não se pauta na cobrança de taxionomias gramaticais à moda do certo tradicional, mas, sim, proficiência em leitura. Nesse sentido, os textos que levamos para a sala de aula foram tomados como “produto de uma atividade discursiva onde alguém diz algo a alguém” (GERALDI, 1997, p. 98).

Decidimos, coletivamente, os meios didáticos para elaborarmos as atividades, de acordo com os conteúdos pré-estabelecidos pela rede municipal de ensino a que se vincula a escola parceira, mas nunca sem considerar a adequação dos textos selecionados e das abordagens de ensino empregadas às demandas formativas de nosso público-alvo.

Notamos que, apesar dos esforços em romper com as determinações institucionais que focam apenas na necessidade de aumento do IDEB das escolas, ainda persiste o apreço pela permanência em fazer com que as aulas gravitassem em torno da preparação dos alunos apenas para a submissão à Prova Brasil, deixando de lado o trabalho com outros eixos do ensino de língua portuguesa, como o eixo da escrita, por exemplo.

Sabemos, consoante lição já antiga de Geraldi (1997), que a escolha de atividades devem ser voltadas para um ensino interativo e crítico que conjuguem atividades linguísticas, epilinguísticas e metalinguísticas. As atividades linguísticas são aquelas baseadas em questões estruturais que permitem a progressão do assunto. Já as atividades epilinguísticas são aquelas que resultam de uma reflexão sobre os recursos utilizados, promovendo a interação e a negociação de sentido, entre outros elementos que corroboram para uma aprendizagem mais eficiente e dinâmica. Por último, vemos que as atividades metalinguísticas são aquelas que tomam a língua para explicar a própria língua, através de conceitos e de taxionomias.

Assim, refletindo sobre os resultados de nosso trabalho, vemos que ainda há muito o que pensar e mudar no processo de planejar. Ao refletirmos a Prova Brasil como uma imposição para o reordenamento do ensino no nível fundamental, percebemos que essa não é a melhor forma de planejar o ensino de língua materna, uma vez que nem sempre há tratamento didático adequado para que os alunos se sentissem preparados e com habilidades para fazer a prova. Nos moldes em que o planejamento para a Prova Brasil acontece, ele não capacita os alunos para o desenvolvimento das habilidades de leitura. Pelo contrário, os alunos sofrem certo adestramento para que não possam errar na hora de realizarem o teste.

Frente a essa realidade, procuramos intervir escolhendo textos e abordagens didáticas que viessem a aprimorar a competência leitora dos alunos não porque isso vai ser exigido pela Prova Brasil, mas, sim, porque ler é condição básica de existência e intervenção em sociedades letradas como a nossa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os exames em larga escala, como a Prova Brasil, devem servir não apenas para demonstrar o desempenho dos alunos em números, mas o desempenho qualitativo do ensino ofertado pela educação básica em nosso país. Esta qualidade só será garantida se houver uma reflexão crítica e significativa acerca não só do que queremos e precisamos avaliar, mas, sobretudo, das mudanças estruturantes pelas quais o nosso sistema de ensino precisa passar para ser realmente eficaz. Deste modo, “pensar o processo educacional exige instaurá-lo sobre

a singularidade dos sujeitos em contínua constituição e sobre a precariedade da própria temporalidade, que o específico do momento implica” (GERALDI, 1997, p. 05).

Portanto, ao fazermos parte desse processo e assumirmos a responsabilidade de (re)pensarmos a aprendizagem, passamos por momentos de autoaprendizagem que contribuiram para a nossa formação. Enquanto professores em formação inicial, a lição que fica se estende ao ato de planejar que deve ser significativo e transformador na medida em que leva o aluno a compreender de forma contextualizada a sua realidade, fazendo-o sujeito de sua própria história.

Palavras-chave: Prova Brasil; Planejamento; Língua Portuguesa; Avaliações.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro & interação*. – São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- CARVALHO, Robson Santos de. *Ensinar a ler, aprender a avaliar: avaliação diagnóstica das habilidades de leitura*. – ed. – São Paulo: Parábola, 2018.
- GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. 4ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 01-113.
- LUCKESI, Cipriano. *Avaliação da aprendizagem escolar*. – 19 ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 112-143.
- SILVA, Daianny Fernandes da. *O efeito retroativo da prova Brasil de língua portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental em uma rede municipal paraibana*. TCC – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2019.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. 10ª ed. – São Paulo: Libertad, 2002, p. 95-151.